

A ESCRITA E A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA DE LETRAMENTO

CAMARGO, Gislene¹

CARDOSO, Marina Vieira²

MONTEIRO, Fernanda Miranda³

RESUMO: A leitura e a escrita devem ser ensinadas e aprendidas desde a Educação Infantil, pois é direito de toda criança ter acesso à cultura letrada. Neste caso, o estudo que se segue compreende os processos de aquisição destas habilidades nesse segmento. O letramento é considerado uma perspectiva que transcende os processos de codificação e decodificação inerentes ao ensino aprendido da linguagem oral e escrita e contribui significativamente para com a formação de leitores proficientes e autônomos, sendo que este deve ser um dos objetivos mais acentuados das creches e pré-escolas. À vista disso, os processos de construção, de conhecimento e de interação do aprendiz com o objeto de estudo e, sobretudo, com outras crianças, é extremamente necessário para a aprendizagem efetiva da leitura e da escrita, posto que, é fundamental e intransponível a mediação do professor nesse transcurso. O referencial utilizado conta com as teorias de Souza (2012), Rocha (1999), Kleiman (2004), Leffa (1996), entre outros. As proposições levantadas nessa pesquisa bibliográfica apontam que é crucial propor momentos na Educação Infantil em que a criança possa ter contato com a leitura e a escrita por meio da interação e da brincadeira, pois essa relação entre sujeito, objeto e demais crianças propicia o desenvolvimento cognitivo das funções superiores, cooperando significativamente para com a formação sujeitos que operem eficazmente com essas competências.

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Educação Infantil. Criança.

1 INTRODUÇÃO

Algumas práticas pedagógicas voltadas à concepção tradicional e autoritária de ensino não contribuem significativamente para a formação de indivíduos letrados, ou seja, para que façam uso da leitura e da escrita de forma autônoma e crítica nos diversos contextos sociais. Conforme os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), as pesquisas realizadas nas últimas décadas divergem das tendências reprodutoras do ensino, onde a transmissão do conhecimento é notória, e, apontam para uma nova direção, a qual

¹ Mestre em Educação- Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Coordenadora Adjunta do Curso de Pedagogia (UNESC); Coordenadora do subprojeto de iniciação à docência Pedagogia (PIBID). E-mail: gcd@unesc.net

² Graduanda em Pedagogia – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Bolsista do subprojeto de iniciação à docência Pedagogia (PIBID). E-mail: marina.vieiracardoso@hotmail.com

³ Graduanda em Pedagogia- Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Bolsista do subprojeto de iniciação à docência Pedagogia (PIBID). E-mail: nandamonteiro1986@hotmail.com

considera a aprendizagem da linguagem oral e escrita da criança como um processo de construção, não concebendo mais a criança como um sujeito passivo perante o conhecimento.

Numa sociedade marcada pela comunicação oral e escrita, a leitura é indispensável para a inserção do indivíduo nas práticas sociais. Neste sentido, para a formação de cidadãos letrados, entende-se que é necessário o desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita desde a infância. Sendo assim, consonante às Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil,

têm se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (BRASIL, 2010).

Portanto, a passagem da criança pela Educação Infantil deve sobrevir de forma sólida, para que esta desenvolva por meio da interação e da brincadeira, que são princípios básicos que perpassam este segmento, conceitos e habilidades que possibilitem a formação de um sujeito capaz de estabelecer relações em uma sociedade letrada. De forma que, faça uso da leitura e da escrita para constituir-se cidadão, operando de forma significativa no que tange a transformação de seu entorno social.

O desenvolvimento das funções superiores no que diz respeito à aquisição da linguagem, é um dos eixos básicos da Educação Infantil. Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (1998) dizem, com relação a esta área do conhecimento, sobre sua função

promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho com a linguagem oral e escrita, [...]. Essa ampliação está relacionada ao desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências lingüísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever. (BRASIL, 1998, p. 117).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2012 também propõem, numa linha de pensamento progressista e num viés de concepção histórico cultural, que a criança é um sujeito:

histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010).

Partindo deste pressuposto, é necessário que o professor propicie momentos de contato com a leitura e a escrita, dado que, há a necessidade de pontuar os conhecimentos prévios da criança, pois esta é um sujeito constituído de experiências individuais estabelecidas com o meio em que vive, porque, é no momento de interação e diálogo entre o professor e a criança, que se consolida a aprendizagem e se (re)significa o conhecimento.

Leffa (1996) fala que “a leitura não é nem atribuição nem extração de significado, mas resultado da interação adequada entre os dados do texto e o conhecimento prévio do leitor.” (LEFFA, 1996, p. 44). Conjecturando esta hipótese, entende-se que os momentos de interação entre sujeito e objeto, isto é, o contato da criança com o livro, para que ocorra de forma congruente o desenvolvimento das funções superiores no que diz respeito à habilidade de ler e escrever são uma prática indissociável do processo de ensino e aprendizagem, pois, o processo de interação é crucial para que haja produção de sentido pela criança e haja a consolidação da aprendizagem.

Segundo Souza (2012), “Ler e escrever são competências básicas e essenciais, direito de todo e qualquer indivíduo que vive em sociedade letrada.” Por isso, é essencial a promoção de atividades de ensino que possibilitem o contato das crianças, mesmo que não alfabetizadas, com a leitura e a escrita.

2 LETRAMENTO: UMA PERSPECTIVA PARA ALÉM DA ESCOLARIZAÇÃO

O Letramento é um conceito muito discutido na área educacional nos últimos tempos. Esta perspectiva trata de um viés crítico para a alfabetização, ou seja, onde o indivíduo não está passivo perante o conhecimento, e, sim, se faz sujeito ativo na produção deste conhecimento, isto é, na aquisição da linguagem escrita e oral e na leitura de textos. Sobre esta questão, também é possível argumentar que o letramento não condiciona a criança a apenas um processo de codificação e decodificação, mas propicia ao sujeito transcender as linhas e penetrar nas entrelinhas de um texto, seja ele verbal ou não verbal. Sendo assim, neste contexto, o indivíduo é um ser pensante que elabora, cria e formula hipóteses e estabelece estratégias cognitivas e metacognitivas para interpretar e compreender o objeto de estudo. Na Educação Infantil o processo de letramento pressupõe a

construção do discurso oral como do discurso escrito. Principalmente nos meios urbanos, a grande parte das crianças, desde pequenas, estão em contato com a linguagem escrita por meio de seus diferentes portadores de texto, como livros, jornais, embalagens, cartazes, placas de ônibus etc., iniciando-se no conhecimento desses materiais gráficos antes mesmo de ingressarem na instituição educativa, não esperando a permissão dos adultos para começarem a pensar sobre a escrita e seus usos. Elas começam a aprender a partir de informações provenientes de diversos tipos de intercâmbios sociais e a partir das próprias ações, por exemplo, quando presenciam diferentes atos de leitura e escrita por parte de seus familiares, como ler jornais, fazer uma lista de compras, anotar um recado telefônico, seguir uma receita culinária, buscar informações em um catálogo, escrever uma carta para um parente distante, ler um livro de histórias etc. (BRASIL, 1998, p. 121-122).

Mas não apenas isso, o letramento supera os métodos de alfabetização na medida em que corrobora para a formação de cidadãos autônomos e críticos, pois estabelece uma relação recíproca com o desenvolvimento do conhecimento mais elaborado, colaborando consequentemente para com a formação de um cidadão que opera de maneira efetiva com a leitura e a escrita nas diversas esferas sociais.

Britto (2012) aponta que vivemos numa sociedade grafocêntrica que impõe ao indivíduo ter domínio sobre estes elementos para poder inserir-se no meio. Porém, ele

pressupõe que ser letrado não é apenas fazer uso da escrita na esfera social, pois o letramento não se limita a um saber-fazer, visto que, estas formas de registro contribuem eficazmente para a atividade metacognitiva, colaborando para o desenvolvimento das funções superiores elementares e auxiliando, sobretudo, na aprendizagem.

O letramento possui algumas facetas, pois há diferentes formas de concebê-lo. Kleiman (2004, p. 19), sugere que, nos dias de hoje, o letramento é um “conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Pode-se dizer que o letramento segundo a autora está para além da escolarização, ou seja, a escola é uma importante agência de letramento, com determinada finalidade, mas não é a única, pois outras instituições também operam certas práticas de letramento. Segundo Tfouni (2004), o letramento

focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita. [...] procura estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada; procura ainda saber quais práticas psicossociais substituem as práticas “letradas” em sociedades ágrafas. (TFOUNI, 2004, p. 9).

Nesse sentido, as autoras supracitadas salientam que o letramento perpassa a esfera social, isto é, caracteriza-se por destacar, estudar e explicar a função social da escrita nos copiosos contextos sociais, onde este elemento se faz presente como um veículo de comunicação.

Diante destas colocações, se faz necessário que a criança se aproprie com autonomia da linguagem oral e escrita. Desta forma, a escola, como instituição onde se constrói o conhecimento, deve proporcionar momentos e garantir a aprendizagem e o desenvolvimento destas habilidades, uma vez que um grande número de crianças é proveniente de meios onde não lhes são, ou, pouco são oportunizadas situações de letramento.

3 A ESCRITA DA CRIANÇA: REFLEXÃO E REVISÃO SOBRE A ESCRITA

A importância da leitura e da escrita, sem sombra de dúvidas, está presente nas falas dos professores, por ser ela um instrumento extremamente efetivo para o desenvolvimento das funções superiores cognitivas. Na Educação Infantil, entende-se que a criança precisa estabelecer contato com a cultura letrada, para que possa se constituir cidadão pleno e autônomo no que diz respeito a estas habilidades. Neste caso, atividades lúdicas e diversificadas devem estar presentes dentre as práticas pedagógicas que envolvem a Linguagem Oral e Escrita, pois se sabe que as crianças possuem dificuldades para se concentrar em uma mesma atividade por muito tempo.

Assim sendo, um dos gêneros textuais que podem ser utilizados nas creches e pré-escolas são as narrativas. Por meio de histórias contadas e dramatizadas é possível propiciar momentos significativos de leitura à criança, em que a mesma possa construir sentido à história, (re) significá-la e antecipar fatos. Segundo Amarilha (1997), a narrativa possui uma estrutura de organizadora dos fatos, por isso

atinge o receptor da história do ponto de vista emotivo e cognitivo. Nesse processo, o receptor da história envolve-se em eventos diferentes daqueles que está vivenciando na vida real e, através desse envolvimento intelectual, emocional e imaginativo, experimenta fatos, sentimentos, reações de prazer ou frustração podendo, assim, lembrar, antecipar e conhecer algumas das inúmeras possibilidades do destino humano. (AMARILHA, 1997, p. 19).

No entanto, para o desenvolvimento da habilidade de leitura e escrita, não se faz necessário apenas ouvir, a criança também precisa falar. Nesse sentido, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998) sugere que sejam assegurados momentos em que a criança possa relatar suas vontades, sentimentos e necessidades, como quando faz nas rodas de conversas, utilizando a linguagem oral para conversar, argumentar e expressar-se. Outro destaque a ser feito, relaciona-se ao fato de que a criança precisa ter acesso aos materiais de leitura, isto é, não somente ouvir as histórias que o professor,

enquanto mediador narra, mas ter a possibilidade de manusear, observar e ler a seu modo o objeto de estudo. Além dessas formas de apropriação da leitura e da escrita, os RCNEI (1998) também consideram importante o trabalho com outros gêneros textuais, como por exemplo:

as poesias, parlendas, trava-línguas, os jogos de palavras, memorizados e repetidos, possibilitam às crianças atentarem não só aos conteúdos, mas também à forma, aos aspectos sonoros da linguagem, como ritmo e rimas, além das questões culturais e afetivas envolvidas. (BRASIL, 1998, p. 141).

Posto isto, percebe-se que há uma vasta literatura e práticas de ensino aprendizagem a serem exploradas. Diante disso, o trabalho com a Educação Infantil é realizado num contexto interativo, onde há a necessidade de expor algumas reflexões e revisões sobre o processo da escrita da criança.

Nos primeiros anos da educação infantil, a criança já demonstra capacidades notórias sobre o processo de reflexão e análise de produção textual. O professor, sendo um agente mediador do processo de aprendizagem, deve proporcionar momentos de interação entre sujeito e objeto, sobretudo, ao trabalhar com a linguagem, atribuindo assim, importância às questões relevantes acerca do processo de escrita, para que esta se torne mais compreensível. É necessário, desta forma, que os aprendizes desenvolvam autonomia na produção de textos, para que estes tenham sentido e significado, tanto para quem o lê, quanto para quem o escreve.

Quando a criança produz um texto e, logo, faz o processo de revisão, percebendo os equívocos cometidos, como coerência, coesão e intenções, esta criança consegue compreender na sua essência a necessidade de melhorá-lo, portanto, presume-se, que ela possui capacidades leitoras, como estratégias cognitivas e metacognitivas. Segundo Rocha (1999, p. 50) a criança “desde muito cedo, é capaz de estabelecer interlocuções significativas sobre o texto escrito e sobre o próprio processo de revisão”.

É importante salientar que, a revisão textual deve ser realizada a partir de interações de grupos professor-aluno e demais colegas, porquanto, essa troca de experiências possibilita a análise da leitura e da escrita sob diferentes perspectivas e olhares. Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010, p. 25), apontam que é necessário possibilitar “às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos”. Diante disso, percebe-se que a aprendizagem acontece não apenas quando há interação entre sujeito e objeto, mas, sobretudo, quando há interação entre o grande grupo.

Ainda sob essa perspectiva, a criança deve ser capaz de refletir sobre seu próprio texto, deixando fluir as inquietações, cabendo a ela própria tentar resolvê-los. Rocha (1999, p. 54) diz que

a revisão possibilita que a criança se constitua como leitora do próprio texto, construa reflexões sobre o processo de escrita e comece a considerar o seu leitor, possibilitando assim que o autor não só tenha algo a dizer, mas que concretize, no próprio ato da escrita, seu interlocutor, seu “leitor-modelo”, colocando-se, assim, como sujeito da própria interlocução- dimensão fundamental no desenvolvimento das habilidades textuais.

Ou seja, a criança vai ressignificar seus dizeres através da sua própria reflexão e, criará sua autonomia e competências no processo de construção de textos com ideias mais claras e pensamentos mais desenvolvidos. À vista disso, a produção e a revisão do texto, mediadas pelo professor, proporciona aos leitores ampliar seus conhecimentos sobre a escrita.

Desta forma, o processo de revisão é um procedimento fundamental na construção da apropriação das competências textuais, desde a Educação Infantil, para que o aprendiz desenvolva a capacidade de refletir sobre seus próprios pensamentos escritos e torne-se leitor competente.

4 A LEITURA E A ESCRITA COMO UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, CONHECIMENTO, INTERAÇÃO, DISCUSSÃO E DIÁLOGO.

É possível observar que a criança, quando está num ambiente social escolar, no qual existem pessoas trocando ideias, dialogando em situações de aprendizagem da leitura e da escrita, tende a sentir-se mais à vontade para expressar e representar seus pensamentos através da escrita, que foi internalizada mediante as experiências das interações e interlocuções que tivera. Conforme Smolka (2001, p. 73), as crianças observavam pessoas mais experientes lendo e escrevendo por várias razões e funções; essas pessoas liam e escreviam para e com as crianças. Assim sendo, aos poucos, elas iam tentando ler e escrever, incorporando os papéis sociais de leitor e escritor, até serem capazes de ler e escrever para si e para os outros.

Deste modo, o processo sobre o conhecimento da escrita vai se construindo através da prática discursiva na relação ensino/aprendizagem, uma vez que, a escola tem o papel social de ensinar de acordo com a forma convencional da escrita. “Ao participar de situações pedagógicas que promovam o discurso, o diálogo, as indagações e os questionamentos, o sujeito pensa e reflete sobre sua escrita e, aos poucos, desenvolve habilidades cognitivas” (SMOLKA, 2001, p. 84). Sendo assim, a criança não meramente "grava" fonemas e grafemas, copia ou repete, mas ela processa, elabora esse conhecimento dinamicamente, discursivamente e "escreve" de modo diferente, em diferentes momentos de um mesmo texto.

É fundamental considerar as diferentes formas de organização da escrita da criança, o que seu texto revela, de que forma foi produzido e as trocas de ideias, para que assim, se possa avaliar o processo de desenvolvimento e aprendizagem do aprendiz e, não, somente os erros de grafia e ortografia.

As crianças expressam seus sentimentos, desejos, preocupações e situações de seu cotidiano através da escrita “com todas as hesitações, trocas e tentativas ortográficas, a criança escreve o que ela quer ou precisa dizer. Ela revela o esforço de estruturação deliberada do fluir do significado” (SMOLKA, 2001, p. 108). As crianças aprendem escrevendo quando registram o que pensam e se tornam autoras da sua própria história escrita.

Na Educação Infantil, segundo os RCNEI (1998), o registro ocorre de várias maneiras, uma delas é quando a criança escreve seu nome, pois este possui um imenso significado para ela, e ao registrá-lo, dependendo de suas experiências anteriores ela já utiliza letras. Outras possibilidades são descritas, como as produções textuais individuais ou coletivas, sendo a professora a escriba, as práticas de escrita de próprio punho, conforme o nível de conhecimento de cada criança, por meio da reescrita de histórias, observando a estrutura e as intenções do texto e, ainda, atividades como o ditado interativo, sendo este a partir de uma atividade contextualizada e significativa para a criança.

Com o exercício do dizer das crianças pela escritura, das várias posições que elas vão ocupando, dos distintos papéis que elas vão assumindo – leitoras, escritoras, narradoras, protagonistas, autoras – vão emergindo e explicitando não só as diferentes funções, mas as diversas "falas" e "lugares" sociais.

A escola é um espaço fundamental onde a criança vai aprender não só a ler e escrever, mas também a "falar". Elas trocam experiências, ampliam seus conhecimentos, conhecem outras culturas e, principalmente, se tornam autônomas.

Contudo, é necessário que o processo de ensino aprendizagem seja feito a partir dos conhecimentos prévios das crianças, bem como de momentos históricos vividos pelas mesmas, para que sejam capazes de operar transformações, ressignificar o conhecimento, criar, imaginar, enfim, para que o desenvolvimento da leitura e da escrita ocorra por meio das interações e das brincadeiras.

5 A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES DE LEITURA E ESCRITA DA CRIANÇA

A linguagem oral e escrita, assim como a leitura, carece ser desenvolvida nas crianças desde a pré-escola. Contudo, o desenvolvimento destas habilidades não deve ser promovido como uma antecipação de conteúdos das demais fases da Educação Básica, mas ser entendido como um direito a ser garantido à criança por meio de interações e brincadeiras. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2010, p.25), garantem às crianças “experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos.”

O letramento como vimos anteriormente, precisa inicializar nas instituições de Educação Infantil, pois se entende que esta nova perspectiva permite que a criança se aproprie com autonomia das formas de linguagem orais e escrita. À vista disto, a formação escolar vai para além da codificação e decodificação da leitura e da escrita, pois a pretensão é formar sujeitos interpretadores, críticos e que se posicionam diante dos fatos que os cercam, isto é, não se deixam manipular facilmente por ideologias de massa, mas operem eficazmente para transformar a realidade do seu entrono social.

Neste contexto, Kleiman (2004, p.94) fala que “a exposição da criança a frequentes leituras de livros a leva a desenvolver-se como leitora já no período pré-escolar”, sendo que, a família e a escola, possuem um papel essencial neste processo de interação entre sujeito e objeto. Todavia, a autora aponta para a adesão dos professores ao critério de quantificação da leitura, ou seja, em sua maior parte, as docentes se importam muito mais sobre o número de exibições de leituras à criança, do que com a qualidade dessas interações, que ocorrem no processo de mediação que o professor realiza.

Barbosa e Horn (2009) em sua obra *Projetos Pedagógicos na Educação Infantil*, afirmam que a criança é concebida como “protagonistas do seu desenvolvimento, realizado

por meio de uma interlocução ativa com seus pares, com os adultos que as rodeiam, com o ambiente no qual estão inseridas” (BARBOSA E HORN, 2009, p. 28). Isto quer dizer que a criança é capaz de criar, imaginar e elaborar hipóteses sobre as propostas de aprendizagem, portanto, o processo de mediação que o professor realiza é sobrepujante, visto que, é neste momento de interação que o sujeito aciona os conhecimentos prévios, elabora esquemas mentais e produz sentido ao objeto de estudo.

A contação de histórias é uma das práticas pedagógicas mais importantes na Educação Infantil, pois é por meio da vasta literatura que as crianças são incentivadas a imaginar, a criar, a perguntar e a se comunicar, desenvolvendo capacidades intrínsecas para toda a vida. De modo que, as histórias são uma, dentre outras maneiras, de colocar a criança em contato com a leitura e a escrita. Sobre isso, Farias e Mello (2009, p.11) apontam que “a figura do adulto é extremamente importante nesse processo, porque ele propõe cenários para as histórias, faz as escolhas dos lugares onde contar as histórias, escolhem os temas”.

Assim sendo, a mediação vai muito além de contar uma história qualquer ou dar um livro a uma criança, ela requer do professor planejamento, pesquisa e criatividade. Logo, serão proporcionados momentos contextualizados para que haja a produção de sentido, garantindo assim, o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e afetivas, dentre as quais, o letramento prepondera.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o processo de aquisição da leitura e da escrita percebemos que, a partir das enunciações pautadas até então, este é consideravelmente complexo, devendo iniciar desde a Educação Infantil. Considerando que vivemos numa sociedade letrada, é evidente que para um indivíduo comunicar-se, necessita dispor de habilidades como ler e escrever.

À vista disso, como mencionamos anteriormente, a Educação Infantil garante a todas as crianças entre 0 a 5 anos, que tenham acesso à leitura e a escrita por meio da interação e da brincadeira, princípios indispensáveis neste processo.

O professor, como vimos, é um agente importante para que ocorra de forma efetiva a aprendizagem, pois é ele quem propiciará os momentos de contato da criança com o livro e com outros meios que se utilizam da linguagem escrita para comunicar uma ideia. Sendo assim, as habilidades de leitura e de escrita possibilitam, além de inserir o sujeito na sociedade grafocêntrica, o desenvolvimento das funções superiores, o que é muito relevante, pois é por meio desse desenvolvimento que a criança poderá operar de forma autônoma com a leitura e a escrita.

O letramento, trabalhado numa perspectiva que proporciona a criança maior criticidade e autonomia nos processos ler e escrever, de que falamos até aqui, não possibilita apenas ao sujeito codificar e decodificar, mas interagir, compreender e atribuir sentido ao texto, o que é vital para este transcurso.

A revisão e a reescrita das narrativas, poemas, poesias, parlendas, trava-línguas e outros gêneros textuais afins, são elementos importantes citados no decorrer do texto, que propiciam a reflexão e a ressignificação de conceitos, sendo que, a mediação do professor durante este processo é imprescindível para a apropriação das competências textuais.

Diante das proposições sugeridas, se faz indispensável ler e contar histórias na Educação Infantil, para que se desenvolvam sujeitos leitores com efetividade. Levando sempre em consideração de que a criança é capaz de criar, imaginar e elaborar hipóteses, isto é, aprender.

Desta forma, é substancial que se repense em práticas pedagógicas mais eficazes para o ensino da leitura e da escrita na Educação Infantil, não como uma antecipação de

conteúdos, como outrora falamos, mas entendendo a leitura e a escrita como um direito de toda criança e, para que esta desenvolva o interesse e o gosto por ler e escrever.

REFERÊNCIAS

- AMARILLA, Marly. **Estão mortas as fadas?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Natal: EDUFRN
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na educação infantil.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.
- Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** V.3. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRITTO, Luiz Percival Leme Britto. **Inquietudes e Desacordos:** a leitura além do óbvio. Campinas: São Paulo Mercado de Letras, 2012.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de. MELLO, Suely Amaral Mello. (orgs.) **Linguagens infantis: outras formas de leitura.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.
- KLEIMAN, Ângela B. **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- LEFFA, Vilson J. **Aspectos da leitura:** Uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.
- ROCHA, Gladys Agmar Sá. **A apropriação das habilidades textuais pela criança:** Fragmentos de um percurso/ Gladys Rocha. - Campinas, S.P: Papyrus, 1999. - (Coleção Papyrus Educação).135 p.
- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita:** a Alfabetização como processo discursivo/ Ana Luiza Bustamante Smolka - 10 ed. - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- SOUZA, Ana Cláudia de. **A produção de sentidos e o leitor:** os caminhos da memória. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.
- TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização.** 6. ed. São Paulo, Cortez, 2004.